

# PROJETO

*A mais grave agressão à sobrevivência dos povos indígenas, no Brasil, está se processando na região onde o Governo implanta o Projeto Carajás. Além da inundação provocada por Tucuruí, terras indígenas serão invadidas por mineradoras e fazendas. A Funai faz um convênio de 13,6 milhões de dólares com a Vale do Rio Doce, para "apoio às comunidades indígenas" da área. Mas o que o governo quer é transformar os índios em peões das grandes companhias.*

## Nove povos indígenas na rota do extermínio

— É muito dinheiro!

Foi esta a reação do delegado regional da Funai em Belém, Paulo César Abreu, ao receber a notícia, dia 22 de julho último, de que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deveria liberar, até o final de agosto, os 4,18 milhões de dólares (quase Cr\$ 800 milhões, ao câmbio de agosto) de um convênio para a implantação de obras de infraestrutura e serviços em aldeias indígenas do Pará, Maranhão e Goiás, na região do Projeto Ferro-Carajás. Paulo Abreu comparava a imensa verba que essas 42 aldeias pertencentes a 14 postos indígenas receberão por estarem na área do Carajás, com os magros Cr\$ 100 milhões destinados a todos os 31 postos de sua jurisdição, no orçamento deste ano.

— Mais quatro Carajás resolveriam todos os nossos problemas — devaneou Abreu diante do repórter.

Essa declaração do responsável pela 2ª Delegacia, em entrevista ao jornal *A Província do Pará*, revela sem disfarces a visão que os burocratas da Funai têm sobre o assalto às terras indígenas representado pela implantação do Projeto Carajás e também por outras atividades de prospecção mineral e petrolífera em reservas tribais.

Na verdade, esses US\$ 4,18 milhões representam apenas uma parcela do convênio entre a Funai e a CVRD, responsável pelo Projeto Carajás, cujo montante é de 13,6 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 2,6 bilhões), que serão aplicados, nos próximos cinco anos, em 42 aldeias de nove diferentes povos indígenas, nos Estados do Pará, Maranhão e Goiás. "Muito dinheiro", repetiria certamente Paulo César Abreu. Mas ainda bem pouco, perto do 1,5 bilhão de dólares que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, está acrescentando à dívida externa brasileira, ao tomar empréstimos, para o Projeto Carajás, junto ao Banco Mundial (14 de agosto, US\$ 304 milhões); Nippon Carajás e Consórcio de Bancos japoneses (20 de agosto, US\$ 443 milhões); Comunidade Econômica Européia (setembro,

US\$ 600 milhões); e bancos alemães (outubro, US\$ 150 milhões).

Cifras gigantescas é que não faltam, quando se trata do Projeto Carajás. Os investimentos totais previstos para o chamado "Grande Carajás" ou "Carajazão" chegam aos US\$ 62 bilhões. Até à próxima década, porém, já se teria uma receita anual de US\$ 17 bilhões, oriunda da exportação de minérios. Essa, pelo menos, é a previsão do Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, elaborado pela Companhia Vale do Rio Doce e o Conselho Interministerial do Grande Carajás.

### MINÉRIOS

O principal segmento do Projeto Carajás é o minero-metalúrgico, apoiado nas riquezas do subsolo, de onde se calcula possam ser retirados 18 bilhões de toneladas de ferro (uma reserva que levará 400 anos para ser esgotada), 60 milhões de toneladas de manganês (cassiterita), 40 milhões de toneladas de bauxita (alumínio), e ainda estanho, zinco, prata, cromo, amianto e ouro. Isso tudo apenas na Serra dos Carajás, perto de Marabá. Na área toda do Grande Carajás, existem ainda muitas outras jazidas minerais: 1 bilhão de toneladas de minério de cobre; 45 milhões de toneladas de níquel; 4,6 bilhões de toneladas de bauxita, em Paragominas, Trombetas e Almeirim; etc.

Além das atividades minero-metalúrgicas, estariam previstos ainda três outros segmentos no Projeto Carajás: agricultura, pecuária e reflorestamento. Para estas atividades estaria reservada uma área de 15 milhões de hectares — maior que a do Estado da Paraíba — e previstos investimentos da ordem de 13,3 bilhões de dólares.

As obras de infra-estrutura do "Carajazão" custarão, pelos atuais cálculos, 22,5 bilhões de dólares, sem incluir a hidrelétrica de Tucuruí, que sairá por US\$ 5,6 bilhões e vai inundar as terras dos Parakanã e dos Asuriní (ver PORANTIM nº 40/41). Tucuruí produzirá, quando

concluída, 8 milhões de quilowatts, tornando-se a segunda maior hidrelétrica do Brasil (após Itaipu, apenas) e a quarta do mundo.

Está sendo construída também a ferrovia Serra dos Carajás-Itaquí, com quase 900 quilômetros de extensão, que vai atravessar as terras de vários povos indígenas. Seis grandes pólos industriais estão sendo preparados, em Marabá, Carajás, Barcarena, Tucuruí, Paragominas e São Luís. E há ainda o plano de obras para permitir a navegação em dois mil quilômetros dos rios Araguaia e Tocantins, uma imensa hidrovia que vai de Balisa, em Goiás, até o rio Pará, já na boca do Oceano Atlântico.

Todas essas obras de infraestrutura estão sendo feitas pelo Governo brasileiro, via CVRD — e Eletronorte, no caso de Tucuruí. As grandes multinacionais japonesas, norte-americanas, canadenses e alemãs que estão na área não têm esses gastos, e ainda recebem 12 tipos de incentivos fiscais e outros benefícios do Governo brasileiro, entre os quais a isenção, por dez anos, de todos os impostos, energia subsidiada e até aporte de capital nacional para complementar seus próprios capitais.

### EOS ÍNDIOS?

Para os tecnocratas que raciocinam em bilhões de dólares, que podem significar alguns milhares de índios que, por azar da História, habitam, há séculos, esta região agora devastada? Como sempre, os agentes do Governo lembram que as comunidades indígenas "não podem atrapalhar a marcha inexorável do progresso". Habilidosamente, porém, o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, declarou, após assinar o convênio de US\$ 13,6 milhões com a CVRD, que "nenhum dos 4.360 índios das 42 aldeias será removido de suas terras em virtude das obras do Projeto Carajás".

Essa promessa, tão duvidosa quanto retórica, levanta algumas interrogações. Por que teria o coro-

nel Leal garantido que nenhum índio será removido de suas terras, se ninguém ignora que os 300 Xikrin do Cateté estão, literalmente, pisando sobre riquíssimas jazidas minerais que o Projeto Carajás vai inexoravelmente explorar? Aliás, a área dos Xikrin está invadida, em sua parte sul, pela fazenda Gran Reata, do latifundiário Laudelino Hanemann, que, para se instalar ali, contou com a complacência — para dizer pouco — da Funai.

Por que, ainda, essa promessa do coronel Leal, quando, no "estudo" que a Funai preparou, em janeiro deste ano, para a aplicação da verba do convênio com a CVRD, está bem claro que a barragem de Tucuruí vai inundar as áreas das duas atuais aldeias dos Parakanã — no igarapé Lontra (80% da área), e no igarapé Pucuruí (60%)? Aliás, nesse estudo da Funai, de 140 páginas, sob o título "Projeto Ferro-Carajás — Apoio às Comunidades Indígenas", está escrito em bom português: "Com a iminência do alagamento do território indígena (Parakanã), surgiu a necessidade de relocação do grupo".

Todo esse estudo, que detalha as bases do convênio CVRD-Funai, parece ter sido feito por leigos em indigenismo (em antropologia, então, nem se pense). Na parte introdutória, intitulada pomposamente "Abordagem Histórica", a preocupação principal é esconder a verdadeira história do massacre já sofrido por vários desses povos — possivelmente para não alarmar os que talvez pudessem manifestar escrúpulos com a implantação do Projeto Carajás na região.

Ao tratar dos mesmos Parakanã, por exemplo, o estudo da Funai não menciona as dizimações provocadas pelas epidemias, inclusive as de doenças transmitidas pelos próprios funcionários do órgão indigenista (ver PORANTIM nºs 9, 13 e 40/41). Atribui as mortes havidas, em várias épocas, a conflitos com os Xikrin e outras nações indígenas, "esquecendo-se" de apontar a abertura da Transamazônica como

o marco mais importante do genocídio dos Parakanã.

Sobre as desastrosas transferências que a própria Funai já promoveu, apenas referências superficiais. E, ao tratar da mais dramática questão — a demarcação da reserva — o relatório chega ao deboche. Alguns trechos: "Em abril de 1978, iniciou-se o Projeto Parakanã, projeto esse que teve como objetivo precipuo eleger uma nova área, para a qual deveriam ser transferidos os índios, a partir de julho de 1980. Desse estudo, resultou a eleição de uma área com 319 mil hectares (Proc. Funai/BSB/5487/78). Em função das indagações surgidas quanto à área eleita, a proposta acima não foi homologada. Constituiu-se outro GT para a redefinição da área indígena Parakanã. Esse grupo apresentou nova proposta, totalizando 155 mil hectares (Of. 575/80, de 10.12/80). Uma vez mais, a proposta não foi levada para homologação, por carência de justificativa antropológica para a redução da área". Poucas linhas adiante, encontra-se o que pareceria uma brincadeira, se não envolvesse o destino de um povo: "Seguiu-se nova proposta para eleição da área Parakanã (Mem. 195, de 15.81), com 270 mil hectares, a qual também não foi homologada por não apresentar justificativas para o acréscimo sugerido".

Esta última proposta, recusada "por não apresentar justificativas para o acréscimo sugerido", nasceu de um amplo encontro, promovido pela Funai em Tucuruí, em dezembro de 1980. Participaram, além da Funai, representantes da Eletronorte, Getat, Polícia Federal e outros organismos oficiais, e ainda vários antropólogos. Estes saíram satisfeitos do encontro, certos de que a proposta apresentada pelo antropólogo Antônio Carlos Magalhães havia sido aceita e seria em breve transformada em decreto. Entretanto, mais uma vez, por "misteriosas razões" e sem dar nenhuma explicação, a Funai adiou a demarcação.

# CARAJÁS

## Funai na orgia dos milhões

**P**or que razão a Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal que capitaneia o saque das multinacionais às riquezas de Carajás, estaria tão solícita em "indenizar" com US\$ 13,6 milhões as 42 aldeias que estão na área de influência do Projeto? Se "nenhum dos 4.360 índios será removido", como garantiu o coronel Leal, por que a preocupação em aprovar o vultoso projeto de "apoio às comunidades indígenas"?

As justificativas dadas pelo ministro Mário Andreazza, do Interior, ao assinar o convênio dia 6 de julho não fugiram aos habituais e cínicos lugares-comuns da selvagem política desenvolvimentista do regime: "O Governo procura cada vez mais conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ecológica e a integridade das comunidades indígenas". Também com profundo sentido ecológico, o presidente da Vale, Eliezer Batista da Silva, elogiou o convênio, que, segundo garantiu, "preservará a natureza e os homens que nela habitam".

Mais realista e verdadeiramente pragmático, o secretário-executivo do Conselho do Grande Carajás, Nestor Jost, foi direto ao que interessa. Em lugar de considerações sobre a ecologia e o respeito aos nativos, Jost preferiu manifestar sua fé de que os US\$ 13,6 milhões do convênio trarão algum retorno concreto para as multinacionais de Caque, após os cinco anos do prazo do convênio, os índios "atingam um grau de aculturação ao ponto de serem assimilados como trabalhadores no Projeto".

Duas semanas depois, o delegado da Funai em Belém, Paulo César Abreu, praticamente repetiu Jost, ao dizer que os dólares que sua delegacia estaria em breve recebendo permitiriam a aquisição de equipamentos e serviços com os quais os índios poderiam "subir um degrau na escala dos nossos valores" (grifo do Porantim). Abreu disse ser inevitável o "impacto" entre os índios e a sociedade envolvente na área do Projeto. E foi taxativo: "Ninguém pode negar que o futuro dos índios será a integração".

### OS "BENEFICIADOS"

Quem são esses povos condenados à "integração" e destinados a "serem assimilados" como peões do Projeto Carajás?

Das 42 aldeias atingidas, subordinadas a 14 postos da Funai, seis ficam no Pará, 34 no Maranhão e duas em Goiás. As seis aldeias paraenses estão na jurisdição da Ajudância de Marabá: são os Xikrin do Cateté (aldeia-sede e aldeia Kam-Krokro); os Gaviões do Posto Mãe Maria (Parakatejê); os Parakanã das aldeias novas de Poção dos Caboclos e Murici; e os Suruí do Posto Sororó. Em Goiás, o convênio "beneficiará" os Apinayé das aldeias Marizinha e São José.

No Maranhão, os mais atingidos pelo Projeto Carajás serão os Guajajara. São pouco mais de 2.200 índios (segundo a estatística da Funai), distribuídos pelas áreas dos postos Angico Torto (aldeias Sede, Buritiana I, Presídio, Papa Mel, Abraão, Cururu, Tarrafa e Sapucaia); Araribóia (aldeias Funil, Guarurru, Borges e Jussaral); Canudal (aldeias Sede e Olho d'Á-

gua); Rio Pindaré (aldeias Januária e Piçarra Preta); e Caru (aldeias Maçaranduba, Nova Vida, Santa Rita, Canaa e Tambor Furado).

No Posto Caru, onde, além dos Guajajara aldeados, existem Guajá arredios, serão criados cinco postos de vigilância e uma Equipe Móvel, encarregada da atração. Há ainda o Posto Indígena Guajá, onde vive um pequeno grupo dessa nação, que também será "contemplado" pelos dólares do convênio.

Os demais povos que estão na rota do Projeto Carajás são os Urubu-Kaapor, Krikati e Gaviões. Os Urubu-Kaapor vivem na área do Posto Alto Turiaçu, espalhados pelas aldeias Cara de Pau (sede), Zê Gurupi, Xiborendá, Capitão Myrá, Xoani, Passarinho, Iapu, Irapendí, Paruá e Taperá. Os Krikati e os Gaviões (Pukobyê) estão, respectivamente, nos Postos Indígenas Krikati e Governador, cada um com uma única aldeia.

Os milhões do convênio Vale do Rio Doce-Funai serão distribuídos não apenas entre estas aldeias, mas também para a burocracia das delegacias regionais do Pará e do Maranhão. Neste ano de 1982, a primeira parcela tem o valor de 4,18 milhões de dólares; em 1983, chegará outra parcela de US\$ 5,067 milhões; em 1984, US\$ 1,661 milhão; em 1985, US\$ 1,376 milhão; e, em 1986, a última parcela, de US\$ 1,316 milhão.

### COMO GASTAR?

Com tanto dinheiro na mão, a Funai poderia partir imediatamente para aquela tarefa que nunca completou "por falta de verbas" - como gosta de alegar: a demarcação de todas as terras indígenas. No entanto, estranhamente, para os trabalhos de demarcação foram destinadas parcelas relativamente pequenas, ficando de fora, ainda, algumas áreas não demarcadas, como por exemplo, a dos Apinayé, no extremo norte de Goiás, e a dos Xikrin do Cateté, no Pará.

Os dólares foram divididos, segundo o "estudo" da Funai, em projetos nas áreas de saúde e saneamento, educação, agricultura, pecuária, transporte, comunicação, habitação, administração (pagamento de funcionários e manutenção de postos) e, em poucas aldeias, para "demarcação". Segundo o ministro Mário Andreazza afirmou na assinatura do convênio, "as comunidades indígenas foram consultadas" para a elaboração dos projetos. Alguns jornais colocaram em dúvida mais essa baboseira, lembrando que seria muito difícil aos Guajá arredios, por exemplo, opinar sobre a destinação dos dólares com que será feita sua atração para a miserável periferia da sociedade nacional.



Suruí: a aldeia do Sororó ficará coalhada de construções e funcionários

A verdade é que não houve nenhum tipo de consulta àqueles que poderiam estabelecer propostas mais adequadas à nova realidade desses povos submetidos ao impacto do Projeto Carajás: os antropólogos que trabalham ou trabalharam na área. Quanto aos índios, mais uma vez, eles entraram no programa simplesmente como objetos do desenvolvimentismo delirante dos burocratas da Funai. É preciso gastar a verba? Pois vamos gastá-la, enchendo as aldeias de máquinas, construções e funcionários.

O detalhamento dos subprogramas que vão consumir esses US\$ 13,6 milhões do convênio é bastante extenso, tomando 77 das 140 páginas do "estudo" da Funai. Como se disse, não existe nenhuma preocupação em conter despesas, já que há dinheiro à vontade. Por isso, alguns projetos não deixam de causar estranheza, mesmo ao observador mais desatento.

Para citar um exemplo tomado ao acaso: na aldeia do Abraão, dos Guajajara, no P.I. Angico Torto, será construída "01 escola com 01 sala", ao custo de Cr\$ 2,5 milhões. Não se pense que nesse valor estão incluídos os equipamentos da escola. Para estes carteiras, quadro-negro, há mais Cr\$ 500 mil no orçamento. Curiosamente, a despesa com os equipamentos escolares está prevista para este ano de 1982, enquanto a construção da escola será feita somente em 1983, de acordo com o programa. Outra singularidade: na aldeia-sede do mesmo Posto Indígena Angico Torto, serão construídas "42 casas com saneamento básico e privadas", ao custo total de Cr\$ 16,8 milhões - ou seja, Cr\$ 400 mil cada uma, menos que a sexta parte do custo da sala de aula da aldeia do Abraão.

### Cr\$ 1 MILHÃO POR ÍNDIO

Haveria estranhos exemplos à sociedade. Tomar-se-á, porém, ape-

nas mais um: o do Posto Indígena Sororó, onde vivem 89 Suruí, segundo estatística da Funai, de julho de 1981. Ali serão investidos Cr\$ 87 milhões - dos quais, Cr\$ 67 milhões estão discriminados para aplicação em 1982 e 1983. Como diria o delegado da Funai em Belém, "é muito dinheiro"... Quase Cr\$ 1 milhão para cada indivíduo Suruí, incluindo os 52 menores de 14 anos.

Alguém diria: "Mas isto é muito bom! Finalmente se resolve atender aos índios como eles merecem, gastando-se nas aldeias em lugar de se gastar nos gabinetes de Brasília". Muito bem. O problema é que, mesmo que não viessem a ocorrer desvios de tão abundante capital, ainda haveria o que questionar nestas despesas. Se não, vejamos.

No histórico que antecede à discriminação dos projetos, a Funai relata - de modo bastante confuso, aliás - alguns aspectos trágicos do contato dos Suruí com a sociedade nacional, e mostra o momento de desagregação social por que a tribo está passando. Quando se vê o projeto para essa comunidade, porém, tem-se a impressão de que a Funai está firmemente empenhada em acelerar essa desagregação, proporcionando a tão sonhada "integração" dos Suruí na sociedade nacional. Tudo compulsoriamente, sem dúvida, como se depreende da destinação de Cr\$ 5,4 milhões: "auxílio para construção de 18 casas". Casas unifamiliares, é claro. Outros Cr\$ 900 mil são destinados para a construção de 18 privadas. Tudo muito asséptico.

Quem tem o mínimo de experiência em Serviço Social e Psicologia - para não falar em Antropologia, essa ciência maldita no quartel da Funai - pode imaginar o que significará, a médio prazo, esse assisten-



Adolescentes Xikrin na festa da imposição do nome



cialismo autoritário. A construção da casa é a primeira e mais natural atividade de uma família indígena. Mas a Funai, solicitamente, não deixará os Suruí se preocuparem com isso... O mesmo se pode dizer da construção das privadas. Qualquer sertanista inexperiente poderá contar como o índio encara esse tipo de construção sanitária... sobretudo se ele recebê-la pronta, de presente.

Mas não é preciso preocupar-se: nas "casinhas" com que a Funai sonha eliminar a verminose dos Suruí, poderão ser guardados alguns dos muitos equipamentos que serão comprados com o dinheiro da Vale do Rio Doce. Além de uma camioneta diesel de Cr\$ 4,5 milhões, estão no projeto ainda um trator hidráulico de Cr\$ 5,7 milhões, com uma carreta, uma grade aradora, uma roçadeira, uma semeadeira/adubadeira, uma lâmina frontal, um perfurador de solo, uma grade niveladora de 48 discos e um sulcador.

Serão adquiridas ainda sementes selecionadas de arroz, milho e fava, 30 vacas leiteiras, um reprodutor, dois animais de montaria com arreios, dois animais de tração para carroça. Será formado um pomar (Cr\$ 2 milhões), um pasto de 50 hectares de colômbio, uma capineira de três hectares de cana forrageira e três hectares de capim elefante, e será construído um curral de 300m<sup>2</sup> (sendo 80m<sup>2</sup> cobertos). Outras construções: enfermaria-residência com 10 leitos (para uma população de 89 índios!), garagem para máquinas e implementos (Cr\$ 2 milhões), escola-residência com uma sala (Cr\$ 3 milhões), um armazém-depósito (Cr\$ 1,2 milhão) e uma casa de farinha. Medicamentos veterinários, sal para gado e sal mineral consumirão Cr\$ 1.750 mil. Entre outros equipamentos, inclui-se ainda um aparelho para captação de energia solar (Cr\$ 800 mil).

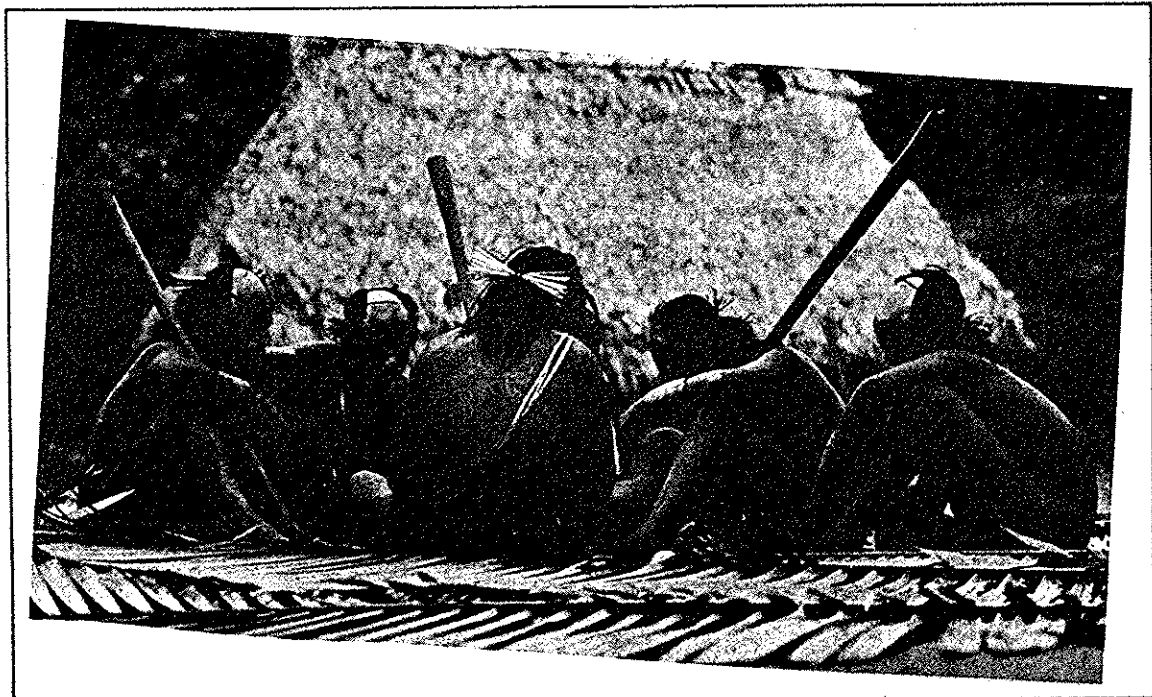
"SUPERMERCADO"

Um dos itens mais questionáveis é o "capital inicial para formação de cantina reembolsável" (Cr\$ 2,5 milhões). Programada para várias outras aldeias, essa cantina é, no entender de experimentados indigenistas, o definitivo cavalo-de-troia para a introdução do consumismo e seu séquito de problemas nas aldeias indígenas. Além de inibir a produção de alimentos e outros bens para o consumo direto — como é a tradição tribal — esse malfadado "supermercado da selva" joga o índio na competição capitalista: produzir mais para comprar mais (coisas inúteis).

Naturalmente, para administrar tantos serviços, levantar tantas construções e manipular toda a parafernália que será introduzida, torna-se necessário contratar um pequeno exército de funcionários. O projeto da Funai aponta seis novas contratações no P.I. Sororó (sem mencionar o chefe-de-posto e o professor), com cujos salários se gastará, nos cinco anos, Cr\$ 19 milhões, ou seja, quase 1/4 do orçamento do projeto.

Imagine-se o que não será a vida dos Suruí, com uma movimentação de funcionários brancos em sua aldeia equivalente a mais de 10% da população (levando-se em conta que algum funcionário terá também ali sua esposa e filhos).

Ao fim desses cinco anos de verbas, se poderá ver o que restou, não apenas da cultura e da organização social dos Suruí, mas, inclusive, dos caríssimos equipamentos e construções. Uma coisa, porém, é provável: se tudo caminhar de acordo com o projeto da Funai, o secretário-executivo do Conselho do Grande Carajás, Nestor Jost, terá realizado seu sonho de ver os índios "assimilados como trabalhadores no Projeto".



Para a aplicação da verba do convênio com a Vale do Rio Doce, a Funai não ouviu as comunidades

# Etnocídio muito bem indenizado

**Q**uando o ministro Mário Andreazza, do Interior, e o presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Batista da Silva, discursam falando que o Projeto Carajás vai preservar a ecologia e a vida dos índios, fica difícil saber se se deve rir ou chorar, diante de tanto cinismo. O desenvolvimento capitalista que se programou para a Amazônia não tem a mínima consideração com o equilíbrio ecológico e sequer se coloca essa preocupação, na medida que existem mecanismos fiscalizatórios da poluição e depredação do meio ambiente.

No caso dos povos indígenas que vivem na área do Projeto Carajás, existe, em princípio, um organismo do Governo encarregado de sua tutela. Mas - o convênio CVRD-Funai o demonstra bem claramente - esse organismo já está aparelhado, não para impedir as violações dos direitos indígenas, mas para "amaciá-los" o impacto do Projeto agressor. Pior: a Funai pretende "ajustar" os índios da área para se tornarem mão-de-obra marginal das empresas - mineradoras e agropecuárias - que vão se instalando em Carajás.

Na Reunião Anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Campinas, no último mês de julho, o professor Dalmo Dallari, participando de uma mesa-redonda sobre "Mineração e Terras Indígenas", denunciou as brechas que os governos pós-64 introduziram na legislação, para permitir a invasão das terras indígenas pelas companhias mineradoras (ver PORANTIM nº 42). Dallari explicou que, pela legislação em vigor, mesmo que uma reserva esteja demarcada, ela poderá ser ocupada pelas mineradoras mediante "intervenção" do Governo Federal, por motivo de "relevante interesse para a segurança e o de-

senvolvimento nacional". Como o solo e o subsolo são diferenciados na legislação, a existência de minérios no subsolo pode determinar a expropriação das terras indígenas.

Esse é o risco que ameaça praticamente todas as nações que habitam na área do Grande Carajás.

Dalmo Dallari faz ainda um outro alerta. Um decreto baixado pela Junta Militar que governou o Brasil em 1969, determinou que as autorizações de pesquisa em terras onde presumivelmente houvesse indígenas dependeriam de prévio acordo com a Funai. O órgão tutor dos índios deveria, então, defender os interesses do "patrimônio" de seus tutelados. Depois de afirmar que esse decreto, é, antes de tudo, inconstitucional, Dallari observa que ele revela "a mentalidade ultra-capitalista" da política brasileira: "Se eu der dinheiro para o índio, que importância tem eu tirá-lo da terra? Eu dou dinheiro a ele, eu o indenizo, então eu tenho direito de tirá-lo da terra". O grande jurista de São Paulo ironiza: "Se o índio vai morrer, se sua cultura vai ser liquidada, se ele se liquidar como ser humano, não tem importância: ele morre cheio de dinheiro, muito bem indenizado!...".

Além do decreto de 1969, o próprio Estatuto do Índio (Lei 6001, de 19-12-73) consagrou essa espoliação legalizada por indenização. Ao dispor sobre os casos de intervenção, o Art. 20 diz, em seu parágrafo 4º: "A comunidade indígena removida será integralmente ressarcida dos prejuízos decorrentes da remoção". E Dallari pergunta: "Ressarcida de que prejuízos? Prejuízos econômicos permitem ressarcimento; mas, e os prejuízos culturais? Se se destrói uma cultura, se se obriga o índio - como já tem acontecido - a conviver com pessoas que o vão hostilizar, submetendo-o a situações de extrema humilhação, situações de

doença, não há ressarcimento possível!".

Essa é a conspiração do Projeto Carajás. Em nome do desenvolvimento e da segurança nacionais - naturalmente, não dos 120 milhões de brasileiros, mas da minoria de exploradores do povo - as terras indígenas são oficialmente invadidas. Para abrir o caminho aos trilhos da ferrovia e às outras obras que já vão se instalando, a Funai acerta este convênio de 13,6 milhões de dólares. Dinheiro que, como se viu, vai ser dissipado estupidamente em programas de nenhuma serventia, a médio prazo sequer, para a sobrevivência física e cultural desses povos.

Carajás começa agora. Mas os tentáculos do monstro são imensos, e movimentam-se pelo subsolo indígena. Uma a uma, as reservas serão invadidas, as aldeias transferidas. Mesmo aquelas que se encontram aparentemente distantes dos atuais espaços do Projeto Carajás e nem foram incluídas no atual plano de "Apoio às Comunidades Indígenas". E tudo isto se fará em nome do "desenvolvimento nacional", da "segurança nacional".

Engana-se quem pensar que o único inimigo dos índios, em Carajás, sejam os projetos de mineração. O "segmento da pecuária", sobretudo, levará o capim para centenas de milhares de hectares, ilhando as reservas indígenas, destruindo o equilíbrio ecológico da floresta, acabando com a caça. Ilhadas, as reservas serão facilmente invadidas - como já são, hoje, quando o Projeto Carajás ainda está em seus inícios.

Que ninguém se engane, confundido pelos arautos do "progresso irreversível". A ninguém é permitido alegar desconhecimento desse plano de massacre destes povos indígenas do Pará, Maranhão e Norte de Goiás. (Antônio Carlos Moura).



Xikrím, uma cultura agredida, numa terra não demarcada